



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639072 - RJ (2021/0004498-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : MARCELO CAILLEAUX CEZAR
ADVOGADO : MARCELO CAILLEAUX CEZAR - RJ094757
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ALEXANDRE NASCIMENTO GIMENES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXANDRE NASCIMENTO GIMENES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Processo n. 0000570-49.2021.8.19.0000).

O paciente foi preso preventivamente em razão de condenação pela prática do delito previsto no artigo 157, §2º, inciso I, do Código Penal às penas de 6 anos e 8 meses e de 16 dias-multa, no valor unitário-legal, em regime inicial semiaberto.

O impetrante sustenta que o paciente sofre coação ilegal, pois foi impedido de recorrer em liberdade, sendo que a sentença fixou o regime inicial semiaberto para cumprimento da pena.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para relaxar a prisão do paciente, com aplicação de medidas cautelares diversas, nos moldes do art. 319 do CPP, se for o caso. Subsidiariamente, pleiteia que o paciente seja colocado em regime prisional adequado a sua condenação, ou no aberto, até que haja vaga em estabelecimento intermediário. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR.

RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente